

Artigo de Revisão

As Representações Sociais e o Conhecimento do Cotidiano: uma crítica metodológica a partir da Filosofia da Linguagem

Social Representations Theory and Everyday Knowledge: A methodological criticism from Philosophy of Language

João Eduardo Coin de Carvalho¹

RESUMO

O objetivo de artigo é discutir uma forma de conhecimento que se estabelece no âmbito dos grupos, as representações sociais. Recorrentemente utilizada no campo da saúde pública, especialmente no Brasil, a Teoria das Representações Sociais (TRS) tem sido muitas vezes apresentada como uma ferramenta de análise, no que essa concepção tem de cristalizadora dos fenômenos em que pretende se deter, ao invés de sustentar a crítica embutida nas aspirações de Moscovici quanto à produção de um conhecimento que estivesse socialmente enraizado, sujeito ao contexto e à história. Neste trabalho, procura-se situar como este “uso” da TRS pode ser compreendido num certo entendimento da função da Linguagem, o que a mantém, recorrentemente ligada a uma concepção de linguagem como “cálculo”. Conclui-se que a TRS, resgatada na concepção da linguagem como meio universal, deve ser compreendida no âmbito da pesquisa social e das metodologias qualitativas, o que implica um desafio à naturalização dos grupos e das representações sociais, e implica um relacionamento entre o pesquisador, sujeito e objeto de conhecimento, que não é apenas de descoberta, mas de construção.

Unitermos: Ciências Sociais, Conhecimento, Psicologia Social, Linguagem, Pesquisa Qualitativa.

Citação: Carvalho JEC. As Representações Sociais e o Conhecimento do Cotidiano: Uma crítica metodológica a partir da Filosofia da Linguagem. Rev Neurociencias 2005, 13(3):145-151.

SUMMARY

On this article I discuss a modality of knowledge constructed inside social groups: the social representations. As a well-known approach to Public Health problems, especially on Brazilian reality, Social Representations Theory (SRT) has been taken many times just as an analytic tool, what conducts to the naturalization of groups and group's discourses. Such approach denies the acute criticism present on Serge Moscovici's intent of studying a modality of knowledge submitted to social context and history. The article's aim is indicating, as usually SRT and its methodological approach are located inside a special modality of language, a language as calculus, on the tradition of a Husserlian philosophy of language. I conclude that, from another conception of language, language as a universal medium, SRT must be understood as a social and qualitative enterprise, which supports a kind of relationship among scientist and knowledge, with the researcher as a better social constructor than an explorer.

Trabalho Realizado: Instituto de Ciências Humanas, Universidade Paulista e NECON - Núcleo de Estudos do Conhecimento, UNIFESP. Parte deste trabalho foi realizado através de bolsa CNPQ (132814/1991-9).

1 - Doutor em Psicologia (USP). Pesquisador Visitante do Departamento de Antropologia da Johns Hopkins University, Baltimore, EUA.

Endereço para correspondência: João Eduardo Coin de Carvalho
Rua Japurá, 55 ap 617
São Paulo – SP – CEP 01319-030
e-mail: joao_coin@yahoo.com

Trabalho recebido em 09/06/05. Aprovado em 02/09/05

Keywords: Social Sciences, Knowledge, Social Psychology, Language, Qualitative Research.

Citation: Carvalho JEC. Social Representations Theory and Everyday Knowledge: A methodological criticism from Philosophy of Language. Rev Neurociencias 2005, 13(3):145-151.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL: FENÔMENO DA INTERAÇÃO

Se a questão da psicologia social é procurar integrar indivíduo e sociedade, encontrar o caminho que leva a este objetivo tem se mostrado uma tarefa bastante árdua para a pesquisa¹. Tomando ou retomando as obras e idéias de Wundt ou Durkheim (ou Weber) muitos pesquisadores se interessaram em constituir teórica e metodologicamente um campo de trabalho onde se possa recuperar a idéia de grupo dentro da psicologia social. Nesta perspectiva se encontram os esforços de Serge Moscovici em forjar uma teoria que viesse incluir um problema crônico dentro das ciências sociais: a relação entre o pensamento científico e aquele que se refere ao senso comum, o pensamento popular². Preocupado com os problemas sociais do nosso tempo, procurando lidar com eles levando em conta sua dimensão histórica, contextual, Moscovici se deparou com o que ele entendia ser um fenômeno, antes de ser um conceito, a *representação social*, que ele definiu como sendo “uma rede de imagens e conceitos interagindo, cujos conteúdos se diferenciam continuamente através do tempo e do espaço”³.

Fruto da interação, a idéia de representação social se apresenta com uma plasticidade que a diferencia do conceito de *representação coletiva*, definido por Durkheim. Ela irá se constituir no contexto das relações, sejam elas entre indivíduos, intragrupos ou intergrupos. A forma pela qual estas relações se dão, o lugar e o momento onde acontecem, são os parâmetros que irão conferir sentido a uma representação social. Surgindo de uma rede de interações em constante mudança, a representação social se caracteriza, então, por ser dinâmica.

Mais ainda, ela propicia não apenas o reconhecimento do mundo como também é uma “preparação para a ação” que, por ser singular, reconstrói o meio, não o reproduz. A representação social é uma ferramenta que fornece ao indivíduo parâmetros para o comportamento e orientação para as relações sociais. No dizer de Moscovici:

*“Elá consegue incutir um sentido ao comportamento, ao integrá-lo numa rede de relações em que está vinculado ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes.”*⁴

A representação social refere, assim, um indivíduo que participa da sociedade, interpretando as suas variações, os seus saberes. Através da representação social o indivíduo se apropria e ordena o mundo, dando sentido àquilo que parece ser “estranho”, ou que, à primeira vista, é hermético, considerado propriedade de especialistas. Na passagem da teoria para o senso comum, num processo mediado pelo diálogo entre os indivíduos, a idéia de representação social descobre nos grupos sociais um discurso que explica o mundo e que orienta o comportamento dos indivíduos pertencentes a este grupo*. Não sendo uma teoria científica, mas uma versão do senso comum, isto não lhe confere, no entanto, o status de pensamento primitivo ou menor. Ao contrário, a representação social se apresenta como uma categoria especial de conhecimento⁵, variando, como já foi dito, em função de onde, quando e de quem se serve dela. Um exemplo talvez possa ilustrar melhor estas características: o que acontece quando determinada população fala de “doenças”?

*“A população de origem espanhola do Sudoeste dos Estados Unidos possui nada menos de quatro registros para classificar e interpretar as doenças: (a) a sabedoria popular medieval do sofrimento físico; (b) a cultura das tribos ameríndias; (c) a medicina popular inglesa nas zonas urbanas e rurais; (d) a ciência médica. De acordo com a gravidade da doença, e com sua situação econômica, eles empregam um ou outro destes registros para procurar a cura”.*⁴

Por se definir em função de um contexto, a representação social também se caracteriza por atualizar no comportamento do grupo um componente histórico. Assim, o comportamento não é função apenas de circunstâncias imediatas mas, de alguma maneira, é controlado por aquilo que não é mais, ou melhor, que só é através da representação social que preserva este passado, que não é um passado de eventos apenas, mas é um passado de relações entre indivíduos, e assim anterior à própria constituição do indivíduo.

Dinâmica, organizadora, integradora, histórica, a representação social se apresenta e se reproduz nas conversas do dia-a-dia, nas esquinas, bares, praças – e salas de espera – instalando-se de uma maneira que subverte “as normas e a rigidez habituais de aprendizagem”⁴. Integrando o que é desconhecido, a representação social

* Desta forma a representação social se mostra um conceito mais abrangente do que outros usualmente presentes em psicologia social, como os de *opinião*, associado à previsão do comportamento de um indivíduo - ou grupo - em face do objeto, de *imagem*, que implica uma reprodução precisa do objeto, ou mesmo o de *atitude*, já que, a representação social é mais do que uma posição frente ao objeto, pois dá conta de uma teoria, de um conhecimento sobre o mesmo.

possibilita apontar a importância do senso comum nas ações dos indivíduos no mundo.

A objetivação e a ancoragem

Uma representação social se constitui, de acordo com Moscovici, a partir de dois processos básicos: a *objetivação* e a *ancoragem*.

A *objetivação* é o processo pelo qual se tenta reabsorver um excesso de significações, materializando-as⁴. A quantidade de significantes e indícios que um determinado grupo utiliza pode se tornar de tal maneira abundante que os sujeitos, frente a esta situação, procuram combatê-la tentando ligar as palavras a coisas. Moscovici entende que desta forma os conceitos ganham cor ou se concretizam, e assim a *objetivação* permite ao sujeito apoderar-se de determinado conhecimento, eliminando intermediários. Transportando para o seu mundo um conhecimento que era apenas inferência ou símbolo os sujeitos o incorporam ao oferecer-lhe status de *objeto* e, então, podem manuseá-lo.

A *objetivação* ocorre segundo as operações de naturalização e classificação. No processo de *objetivação* é necessário, inicialmente, que se transporte os elementos objetivos para o meio cognitivo, onde se prepara para eles uma mudança fundamental de status e função. Esta é a naturalização. Realizado isto, ocorre a classificação, operação que coloca e organiza as partes do meio ambiente e, mediante seus cortes, introduz uma ordem que se adapta à ordem preexistente, atenuando dessa forma o choque de toda e qualquer nova concepção. Assim, podemos dizer que o processo de *objetivação* consiste na incorporação de determinado objeto social que, de idéia passa a coisa, adentrando no universo cognitivo dos sujeitos e tomando forma e posição de acordo com a singularidade deste universo.

O outro processo presente na constituição da representação social é a *ancoragem*. Ela implica a inserção de um determinado objeto social

*“na hierarquia de valores e entre as operações realizadas pela sociedade. (...) a sociedade converte o objeto social num instrumento de que ela pode dispor, e esse objeto é colocado numa escala de preferência nas relações sociais existentes”*⁴.

Assim, a *ancoragem* é o outro lado da moeda em relação à *objetivação*. Se esta última procura integrar o objeto social a um universo cognitivo, aquela procura fazer deste objeto incorporado instrumento de ação e modificação da realidade. A *ancoragem* ajusta o objeto representado à realidade da qual ele foi sacado, promovendo a constituição de uma rede de significações em torno do objeto e orientando as conexões entre ele e o meio social. Assim, o objeto, via representação social, passa a ser um instrumento auxiliar para a interpretação da realidade.

Representando a Representação Social: uma crítica metodológica

Reconhecida como uma corrente importante e inovadora no contexto da psicologia social europeia, a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, junto com os trabalhos de sobre identidade social e relações intra e intergrupais⁶ e a abordagem “etogênica” de Harré⁷, é apontada como uma resposta européia e, assim, de vocação “mais” social, à psicologia social de orientação americana e suas teorias de cunho individualista^{8,9}. Apesar de sua importância e mesmo por conta dela, desde a apresentação do trabalho pioneiro sobre a psicanálise no inicio da década de 60⁴ as críticas às representações sociais têm sido muitas e de diversas ordens no próprio cenário da psicologia social europeia. Räty e Snellman¹⁰ já apontavam entre os principais temas destas críticas a ambigüidade da teoria, as definições de grupo e consenso e os processos de formação e transformação das representações. Tendo como ponto de partida tais críticas, que envolvem não apenas aspectos teóricos mas que também demandam a discussão das práticas de pesquisa¹¹⁻¹⁵, destacamos uma questão que atravessando vários temas pode nos servir como chave para discutir parte delas: o uso e o conceito de linguagem no âmbito da Teoria das Representações Sociais. Propomos discutir qual o estatuto da linguagem presente na TRS, tendo como referência trabalhos e discussões do campo da Filosofia da Linguagem, em função das consequências teóricas e metodológicas desta filiação.

Como vimos acima, a representação social pode ser apresentada como fruto da relação homem-sociedade. Ela é um produto sócio-cognitivo enquanto processo social que torna acessível o antes inapreensível de um outro discurso como o discurso científico, sendo uma ferramenta para a interpretação do mundo. Mais ainda, ela se presta para a construção da realidade, num processo que integra os universos individual e social. O processo no qual está envolvida a representação social não resulta numa cópia inerte da realidade, mas na reconstrução desta realidade, de tal maneira que a reconstrução ocorre através de interações e, portanto, ao longo do tempo. Tendo isto como ponto de partida, iremos verificar qual é a concepção – ou concepções – de linguagem que pode ser apreendida do conceito de representação social. Para isso tomamos como referência a classificação sugerida por Hintikka¹⁶, segundo a qual a linguagem pode ser entendida como *cálculo* ou como *meio universal*. Discutiremos, então, qual a consequência disto para o estudo das representações sociais.

Baseado na distinção entre duas maneiras de conceber a lógica proposta por Jean van Heijenoort, Jaakko Hintikka distingue dois tipos de teoria da linguagem: a linguagem como cálculo e a linguagem como meio universal. Esta divisão permitiria uma clara oposição em relação a determinadas questões dentro das teorias da

linguagem, como a da verdade, a da possibilidade da metalinguagem, a do relativismo, a dos mundos possíveis e a do formalismo. Para o primeiro tipo, que teria a teoria da linguagem desenvolvida pelo filósofo alemão Edmund Husserl como referência, a linguagem seria uma ferramenta, algo que pode ser manipulado, reinterpretado, melhorado, mudado e substituído como um todo, ou ao menos em larga escala. Seria possível discutir, na linguagem, suas relações semânticas com o mundo. Segundo Kusch¹⁶ os princípios centrais da visão da linguagem como cálculo são a acessibilidade dos sentidos, a reinterpretabilidade das linguagens, a possibilidade de metalinguagem, a verdade como correspondência, a oposição ao relativismo e a defesa do realismo.

Já a concepção de linguagem como meio universal, que tem filósofos como M. Heidegger, H. G. Gadamer e L. Wittgenstein como representantes, comportaria por sua vez a relação entre a linguagem e o mundo como algo que não poderia ser objetivamente traduzido, na medida em que não seria possível falar de fora da linguagem. Neste caso a impossibilidade de expressão do sentido levaria ao entendimento da metalinguagem como um mau uso da linguagem, à impossibilidade da verdade como correspondência com o mundo, à aceitação do relativismo e à rejeição da idéia de mundos possíveis. Quanto ao formalismo, ele seria recusado pelas teorias da linguagem como meio universal quando concebido como uma forma de libertar a linguagem de uma interpretação fixa, e seria assimilado na medida em que um estudo gramatical da linguagem seria tudo o que resta para fazer em vista da inefabilidade da semântica.

Procurando exemplificar o que foi indicado quanto a esta última corrente, tomamos especificamente Heidegger e Gadamer, verificando que eles compreendem a linguagem, mais especificamente a fala, ocupando um lugar que é mais do que um elo, que a fala é responsável pela construção da realidade e que é mesmo anterior a esta realidade do ponto de vista do indivíduo. Esta posição não pretende indicar, no entanto, que não exista algo “ai”, fora do sujeito, mas que este real só existe a partir da linguagem. A linguagem é meio universal, reservatório da tradição em e através do qual nós existimos e percebemos nosso mundo¹⁷.

Heidegger e Gadamer propõem o papel da linguagem como potencializado, já que ela mais do que apenas revelar, faz a realidade. A linguagem não pode ser entendida como objeto, mas sim investida de aspectos dinâmicos que implicam uma rede de relações que organiza o mundo e sobre a qual não temos controle. No limite, poderíamos dizer que não falamos, mas que na verdade somos falados através da linguagem. Heidegger e Gadamer utilizam a metáfora do “jogo”, procurando explicar essa autonomia da linguagem. Eles explicam que a fascinação do jogo está justamente em se estar à mercê dele. O jogo tem sua própria dinâmica que envolve o jogador:

“Agora eu afirmo que a constituição básica do jogo, de acordo com seu espírito e para satisfazer quem está jogando é estruturalmente relacionada à constituição do diálogo no qual a linguagem é a realidade”.¹⁷

Os indivíduos que participam do “jogo” têm, a partir desta concepção, uma relação com a linguagem que nega a possibilidade de haver um controle absoluto sobre ela. Voltando à metáfora do jogo: embora possamos operar com as regras para buscar atingir uma certa meta, os caminhos que o desenrolar do jogo vão seguir escapam ao nosso domínio absoluto enquanto jogadores.

A visão não-husserliana da linguagem, que a trata como tendo a função não de representar o mundo, mas a de construir o mundo através de seu *uso*, tem também sua origem nos trabalhos de Wittgenstein sobre a teoria da linguagem. Quando busca uma relação entre os objetos do mundo e a linguagem, Wittgenstein¹⁸ afirma que é necessário que essa relação possa ser verificada rigorosamente. A *verificabilidade* da relação, no entanto, não implica que a linguagem deverá ser um reflexo da realidade. Essa verificação se dará, sim, na checagem da estrutura lógica da própria linguagem, isto é, de sua *gramática*, entendida aqui não nos seus aspectos formais, mas nas possibilidades que definem como ela pode e será utilizada. Considerando a irredutibilidade entre o mundo físico e a linguagem, ele entende que esta jamais poderá reproduzir o mundo, sendo apenas possível uma linguagem que fale das possibilidades do mundo, ou ainda, das possibilidades das falas sobre o mundo contidas na sua sintaxe. O sentido de uma determinada palavra será compreendido apenas a partir das relações dessa palavra dentro de um certo sistema, esta gramática, estando assim sujeita a uma verificação lógico-gramatical, e não a uma verificação “física”.

Face a essa linguagem que “fala” do mundo sem pretender refleti-lo, fica ressaltada a idéia do *uso*, do discurso como constituído de jogos que regulam as relações de significação. Isto é, o entendimento de um discurso se dá na medida do uso que se está fazendo dele. Estes jogos de linguagem seriam meios únicos, assim, de falar de nossa experiência, de fazê-la pública através do único caminho que a linguagem oferece para tratar da realidade do mundo.

Assim, as concepções não-representacionais da linguagem indicam que as condições de uso da linguagem são decisivas para a interpretação da linguagem e de sua função, mostrando uma dificuldade fundamental nas pretensas tentativas de tratar “objetivamente” tudo o que diz respeito à linguagem. Desde que a linguagem é a *morada do ser*, todas as operações que pretendemos fazer a partir da linguagem irão por em jogo a condição de “ser” daquele que fala.

Voltando à Teoria da Representações Sociais, verificamos que o papel desempenhado ali pela *linguagem* – em que pese seu caráter imagético – é muito impor-

tante. A representação se constitui através de relações, e entendemos que estas relações são, antes de mais nada, relações entre falantes. A linguagem serve como meio, mas através das conversas entre os indivíduos uma dada representação social também é construída e modificada. Para a linguagem não está reservado apenas o papel de transmitir uma representação, mas ela também tem o papel de construir a representação. E, construída, ela “transforma” aquilo que é objeto de especulação através da elaboração de argumentos que se prestam para interpretar e explicar a realidade, fazendo da representação uma ferramenta que é usada como linguagem¹⁹.

Essa linguagem que é, simultaneamente, mídia e ferramenta para a construção da realidade, será utilizada então por indivíduos que, tomados na perspectiva das representações sociais, não são sujeitos particulares, mas membros de um grupo. Não se trata aqui de dizer que não existam sujeitos singulares, mas que as representações sociais não se constituem a partir da soma das representações dos indivíduos, mas num processo coletivo de argumentação e de confronto. Quem fala, fala por outros e não apenas por si e a *interpretação* deste discurso irá desvelar uma certa representação social que toma como referência a posição ocupada pelo grupo a que pertencem os falantes. Neste sentido, como pode ser visto em um sem número de investigações conduzidas nos últimos anos²⁰, a linguagem interpretada é uma linguagem repleta de significações – inclusive contraditórias – compartilhadas pelo grupo, que permitiria que a filiação do falante a este grupo fosse estabelecida.

É neste ponto que se encontra uma encruzilhada que, na opção por uma ou outra concepção de linguagem, produz efeitos importantes tanto sobre a própria TRS quanto nos aspectos metodológicos associados a este campo. De fato, a discussão sobre a concepção de linguagem por trás da TRS ecoa outras tantas discussões que se fazem no âmbito das Ciências Sociais a respeito das diferenças entre pesquisas qualitativas e quantitativas ou entre as práticas científicas nas Ciências Sociais e Humanas e nas Ciências Naturais. No campo da saúde, especialmente, esta tem sido uma questão recorrente^{21,22}.

Ao se instalar como “ferramenta” reconhecidamente importante nas investigações sobre o conhecimento do senso comum (por exemplo, na área de saúde) repetidas vezes, a linguagem é tomada como o que garante o acesso a um sentido único (para o grupo), onde há uma verdade que se funda na correspondência entre o sentido e o significado (dentro do grupo), onde a realidade é a dada pelo social (que é, antes de mais nada, grupal). A linguagem aqui é “coisa” que pode ser medida, sua relação com a realidade – o meio social – pode ser estabelecida diretamente, fazendo da palavra “representante” da representação social, da unidade que é resultado da relação entre o objeto e o processo cognitivo

social correspondente, através do grupo. Nestes casos, a linguagem inerente à representação social, uma *linguagem de grupo*, de consenso, se localizaria, neste sentido, próxima às concepções que descrevem a linguagem como cálculo, passível de se alcançar seu sentido pela própria linguagem sem maiores dificuldades. O uso da Teoria das Representações Sociais se faz assim dentro de uma perspectiva tecnológica que naturaliza o “objeto”, isto é, o grupo e “suas” representações sociais, cabendo ao investigador descobrir a verdade sobre aquele objeto, aproximando a pesquisa social das práticas de investigação próprias das ciências naturais.

No caso em que a linguagem é “objeto”, entendo que a própria representação social também está congelada, destituída de seu caráter dinâmico, estando a linguagem, assim, enquanto representante da representação – e solidaria à subtração que lhe foi imposta – também se apresentando como algo inerte, destituído de seu caráter instituinte da realidade.

Esta forma de se tratar a linguagem como uma ferramenta representacional dentro da Teoria das Representações Sociais já foi objeto de importantes críticas^{13,14,23}. Estes autores entendem que, apesar da sensibilidade de Moscovici em relação à importância da linguagem, isto é, apesar dele próprio reconhecer que não vem sendo dada atenção suficiente ao papel da linguagem no estudo das representações sociais²⁴, que ela é o método através do qual entendemos e trocamos nossas maneiras de ver as coisas⁵, e de que as palavras fazem mais do que representar coisas, elas criam coisas¹³, e isto apenas como exemplos, a importância deste caráter instituinte da linguagem não é tomada como relevante, isto é, ela seria, ainda, invariável, de sentido único, podendo ser apreendido diretamente, o que, se acontece, se dá pela demanda tecnológica sobre o uso das representações sociais: o conhecimento do senso comum, afinal de contas, também é instrumento de dominação e controle social.

A linguagem, mesmo ocupando um lugar importante na constituição de uma representação social, acaba por ser para muitos dos que atuam junto à Teoria das Representações Sociais, reduzida à sua dimensão representacional, na maioria das vezes não se observando em qual determinado *jogo*, em que gramática, a linguagem se insere. Isto é, não levam em conta a linguagem como tendo um caráter instituinte e mais, do qual participam não apenas os “objetos” da investigação, sujeitos e grupos sociais com suas linguagens, mas também os próprios pesquisadores. Algumas das sugestões metodológicas para tentar escapar a isto passam pela realização de análises lingüísticas do discurso através do estudo de *repertórios interpretativos*, abrindo mão da Teoria das Representações Sociais e assim descartando problemas como o do consenso e da necessidade de uma teoria cognitiva^{13,25,26}. Neste caso se estaria levando em conta não uma representação enquanto

conceito “puro”, mas uma representação referenciada ao uso específico que dela se faz numa determinada situação. O sentido da representação estará ligado ao lugar ocupado por ela em relação à função desempenhada por uma certa fala, de tal forma que se procura buscar na linguagem uma função que não é a de apenas representar mas, e principalmente, a de propiciar um campo onde o significado se apresente como fruto de um jogo do qual os indivíduos participam usando a linguagem segundo as possibilidades que ela oferece. Ainda assim, estas abordagens críticas podem não considerar o que indicamos acima como o caráter instituinte da linguagem, isto é, que as práticas de investigação no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, que se dão através da linguagem, não permitem que um pesquisador apenas acesse a realidade do outro que é alvo de sua investigação, seja a representação social, sejam repertórios interpretativos. A ação do pesquisador, redefinida a relação entre sujeito e objeto do conhecimento²², é instituinte na medida em que ele se coloca num jogo de linguagem ou, ainda, cria um dispositivo de investigação que confronta discursos, reconstrói significados e produz efeitos sobre as subjetividades tanto dos outros como dele mesmo. Isto implica o pesquisador no campo da TRS não como um aplicador de técnicas, mas, a cada vez que se encontra em campo, como um interventor social, com suas singularidades, escolhas políticas e éticas.

CONCLUSÕES

Quando tomamos a linguagem como referência para o estudo das representações sociais e presenciamos ali a insistência sobre as teorias que falam da linguagem como cálculo, nos deparamos com uma questão que tem, para nós, importantes consequências metodológicas. Ela diz respeito ao que apontamos como caráter inerte da representação social quando vista em relação a uma linguagem de grupo. Neste caso a representação social espelha uma linguagem fundamentalmente representacional e gera uma dificuldade no lidar com sua vocação para ser uma unidade dinâmica, sujeita às ingerências da história e do social – no que, aliás, a teoria das representações sociais carrega uma de suas principais virtudes – numa vertente que aproximaria a TRS das teorias que falam da linguagem como meio universal. Enquanto resposta possível, vimos as propostas indicadas por Potter que apostam na análise de discurso como solução para resolver este problema e que procuram discutir a função da linguagem num determinado contexto.

Entendemos, no entanto, que embora fundada na palavra a representação social é mais do que linguagem, segundo os termos apontados acima. A representação social poderia ser tomada como unidade de uma linguagem “particular” na medida em que é uma *linguagem de grupo*, e é necessário conhecer o grupo e sua

história para poder desvelá-la, assim como perceber em que *jogo* aquele determinado grupo está implicado. Assim, a solução proposta por Potter, que encontra fundamento nas teorias não representacionais da linguagem e aponta para a importância de se estudar a função da linguagem na representação social, ainda não dá conta do uso “encarnado” da própria representação social para um grupo determinado. Se ele reconhece que nas pesquisas que pretendem um estudo das representações sociais restrito aos seus conteúdos, quando se exige da linguagem um papel essencialmente representacional, que supõe um consenso de grupo, que se deixa de lado, a função constitutiva da linguagem reclamada por Potter, ele ainda não considera a dimensão histórico-grupal da representação social.

Este fato, que deve ser entendido como dizendo respeito a um certo cenário metodológico, ocorre tendo em vista que muitos trabalhos têm tomado os grupos que são alvo de suas investigações “fora do tempo”, ou seja, fazem o levantamento da representação social mas não de suas histórias, histórias do grupo e histórias da representação social. Desta forma, isolando os conteúdos dos processos envolvidos na sua constituição, perdem-se aqueles elementos responsáveis pelo que há de dinâmico na produção e modificação da representação e, na mesma medida, fica posta de lado o manejo que um determinado grupo faz em relação a uma certa representação social, seus elementos imaginários²⁷.

Assim, para o estudo das funções psicológicas e, principalmente, sociais das representações sociais, entendemos ser necessária uma investigação que preserve as questões da história e da função (*jogo*) destas representações, numa preocupação que continua aquela apontada entre os estudiosos da linguagem como meio universal, sem restringir a análise a sua dimensão retórica. Concordando com o já sugerido por Jodelet²⁸ e Spink^{29,30}, reafirmo a importância de pesquisas que invistam nos conteúdos mas também nos processos envolvidos com as representações, integrando estas duas dimensões e apelando para a *história* de sua produção como fonte da investigação.

Finalmente, considerando a importância de localizar a TRS no âmbito da Pesquisa Social, as pesquisas que se dão em meio à linguagem levam à necessária implicação das subjetividades daqueles envolvidos na investigação, numa posição que não pode deixar de considerar estas práticas como intervenções que se apoiam em aspectos éticos e políticos. Neste sentido, é necessário que estas dimensões ética e política devam acompanhar as discussões sobre os objetivos destas investigações, as suas implicações sociais e o desvelamento ideológico ao qual elas podem estar a serviço. Quando transformam as representações sociais em objetos naturais, os pesquisadores reafirmam uma relação com o conhecimento que se pretende verdadeira e precisa, contribuindo para práticas de controle e dominação.

Procuramos neste texto, a partir de alguns elementos retirados da filosofia da linguagem, esclarecer as críticas quanto às abordagens que retiram o caráter dinâmico das representações sociais, e que têm no uso da linguagem enquanto ferramenta representacional um espelho. Partindo da linguagem na Teoria das Representações Sociais e caminhando em direção à presença das representações sociais em linguagem, apontamos para um caminho

metodológico que, sem deixar de lado as preocupações sobre os conteúdos, leva em consideração os processos envolvidos, as histórias de um grupo e das próprias representações sociais, e as subjetividades e responsabilidades dos indivíduos que participam deste esforço, como maneira de indicar a importância das dimensões simbólica e imaginária no estudo dos grupos sociais e de suas expressões quando isto se dá “em linguagem”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Doise W. Da psicologia social à psicologia societal. *Psic Teor Pesq* 2002; 18(1): 27-35.
2. Moscovici S. Representações sociais. Petrópolis: Vozes; 2003.
3. Moscovici S. Notes toward a description of social representations. *Eur J Soc Psychol* 1988; 18: 211-250.
4. Moscovici S. A representação social da psicanálise. Rio: Zahar; 1978, 291p.
5. Moscovici S. The myth of lonely paradigm: a rejoinder. *Soc Res* 1984; 51(4): 939-965.
6. Tajfel H. Grupos humanos e categorias sociais. Lisboa: Horizonte; 1983.
7. Harré R, Secord PF. The explanation of social behaviour. Londres: Blackwell; 1979.
8. Farr RM. As raízes da psicologia social moderna. Petrópolis: Vozes; 1999.
9. Jesuino JC. A psicologia social européia. In: Vala J, Monteiro MB (ed). Psicologia social. Lisboa: Calouste Gulbenkian; 2000. p 49-60.
10. Raty H, Snelman L. Making the unfamiliar familiar: some notes on the criticism of the theory of social representations. *Ongoing Productions on Social Representations* 1992; 1(1): 3-13.
11. Harré R. Some reflections on the concept of ‘social representation’. *Soc Res* 1984; 51(4): 927-938.
12. Litton I, Potter J. Social representations in the ordinary explanation of a ‘riot’. *Eur J Soc Psychol* 1985; 15: 371-388.
13. Potter J, Litton I. Some problems underlying the theory of social representations. *Brit J Soc Psychol* 1985; 24: 81-90.
14. Mackinlay A, Potter J. Social representations: a conceptual critique. *J Theor Soc Behav* 1987; 17(4): 471-487.
15. Jahoda G. Critical notes and reflections on ‘social representations’. *Eur J Soc Psychol* 1988; 18: 195-209.
16. Kusch M. Language as calculus vs. language as universal medium. Holanda: Kluwer Academic Publishers; 1989.
17. Gadamer HG. Philosophical hermeneutics. Berkeley: University of California Press; 1977, p 59-68.
18. Wittgenstein L. Investigações filosóficas. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural; 1989.
19. Vala J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: Vala J, Monteiro MB Psicologia social. Lisboa: Calouste Gulbenkian; 2000. p 457-502.
20. Nascimento-Shulze C, Camargo BV (Org). Caderno de resumos – II Jornada Internacional sobre Representações Sociais: Questões Metodológicas. Florianópolis; 2001.
21. Minayo MCS, Sanches O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad Saúde Publ* 1993; 9(3): 239-262.
22. Luz M. Natural, racional, social. 2^a ed. São Paulo: Hucitec; 2004.
23. Rommetveit R. The role of language in the creation and transmission of social representations”. In: Farr R, Moscovici S (org). Social Representations. Cambridge: Cambridge University Press; 1984.
24. Moscovici S. Answers and questions. *J Theor Soc Behav* 1987; 17(4): 513-529.
25. Potter J, Wetherell M. Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour. Londres: Sage; 1987.
26. Edwards D, Potter J. Discursive psychology. London: Sage; 1992.
27. Castoriadis C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1995.
28. Jodelet D. Folies et représentations sociales. Paris: PUF; 1989.
29. Spink MJP. Qualitative research on social representations: the delightful world of paradoxes. *Papers on Social Representations* 1993; 2(1): 48-54.
30. Spink MJP. O contexto como pretexto. Comunicação apresentada no XXIV Congresso Interamericano de Psicologia. Santiago, Chile; 1993.